

AGENDA FEMINISTA NO SUL GLOBAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BOLÍVIA, BRASIL, CABO VERDE E MOÇAMBIQUE.

Maria Leticia Leite Santos¹
Clarisse Goulart Paradis²

RESUMO

O trabalho a ser apresentado faz parte do projeto de pesquisa “Agenda feminista e a democratização do Estado no Sul Global”, coordenado pela professora Clarisse Paradis, que busca produzir um estudo comparativo sobre o desenho e as formas de coordenação da agenda feminista, tendo como base duas regiões - América Latina e África- especificamente Bolívia, Brasil, Cabo Verde e Moçambique. O trabalho vai focar na comparação dos Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs), órgãos governamentais encarregados de coordenar e/ou implementar políticas públicas para as mulheres. Os MIMs foram criados em vista de provocar uma transformação na política estatal, incluindo as mulheres nessas transformações. Também apresentaremos uma análise comparativa inicial das Constituições dos países em questão, especialmente quais direitos das mulheres fazem parte dos fundamentos desses Estados. Durante a pesquisa efetuamos diversas leituras em torno da historicidade dos países pesquisados, para então entender como são organizadas as agendas feministas, ou seja, como a igualdade de gênero perpassa as instituições estatais e quais são os mecanismos que fazem com que a engrenagem das políticas de igualdade de gênero funcione, dessa forma estamos no processo de compreender a incorporação da agenda feminista no Estado, quais as demandas feitas pelo MIMs e também qual o papel da sociedade civil.

Palavras-chave: Agenda Feminista Mecanismo Institucional de Mulheres Brasil Moçambique; Cabo Verde Bolívia .

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, IHL - Instituto de Humanidades e Letras , Discente, letici4leite@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira , IHL - Instituto de Humanidades e Letras , Docente, clarisseparadis@unilab.edu.br²

INTRODUÇÃO

O trabalho “Agenda feminista e a democratização do Estado no Sul Global”, buscou criar uma base de dados comparativa da agenda feminista nos países do Sul Global, levando em conta as Constituições - a qual fizemos uma análise inicial sobre os principais direitos e deveres das mulheres contidos nelas. Além disso, fizemos uma análise de algumas bibliografias que trabalham com o processo político histórico dos casos em questão, levando em conta o passado colonial, militarização e também como se deu o processo de independência desses Estados.

A pesquisa é de extrema importância para se pensar o movimento feminista no Sul Global e de que forma é trabalhada essa perspectiva nos Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs), levando em conta que os MIMs são um órgão governamental estabelecido para promover a igualdade e justiça de gênero, ou seja, esse órgão ajuda na transformação do status das mulheres no Estado e é o que veremos em relação ao que foi alcançado durante o período de pesquisa.

METODOLOGIA

Foram realizados encontros semanais - presenciais e virtuais - com a coordenadora e orientadora de pesquisa Prof^ª. Dra. Clarisse Paradis, para distribuição de tarefas, discussão de textos teóricos utilizados na pesquisa e trocas em relação aos resultados coletados e também organização das próximas etapas da pesquisa.

Foram realizadas pesquisas em dois bancos de dados bibliográficos - Scielo, Redalyc - e assim fora organizado um inventário de artigos acadêmicos de produções do Sul Global sobre feminismo e da agenda feminista política no Brasil, Bolívia, Cabo Verde e Moçambique.

Com o suporte e auxílio da Prof^ª. Dra. Clarisse Paradis foram encontrados e mapeados os Mecanismos Institucionais de Mulheres desses países, dessa forma, também foram pesquisadas as Constituições de cada país e com uma análise prévia foi categorizado e criado um banco de dados com a ferramenta do excel, de modo a ser possível fazer uma análise comparativa de cada Constituição vigente.

Seguindo a mesma metodologia de trabalho das Constituições, foi iniciada a análise dos Planos de Igualdade de Gênero de Cabo Verde e Moçambique, focando principalmente a forma de coordenação entre o executivo e os movimentos de mulheres e como são pensados os mecanismos de implementação dos planos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a pesquisa foi possível perceber as diferenças e especificidades do Estado no contexto do Sul Global, entendendo de que forma funciona as engrenagens para implementação da agenda de gênero nos Estados. Percebemos que o passado colonial e o militarismo nesses países dificultam as instituições estatais e a implementação de uma agenda para igualdade de gênero neles.

Os Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs) foram criados em contexto de transformações políticas e reorganização do Estado. Entre os anos 70 e anos 2000 esses órgãos sofreram uma série de transformações institucionais, reforçando a constatação de que a instabilidade é uma característica dos MIMs. Os MIMs africanos figuram no primeiro escalão e recebem uma parte do orçamento maior que os MIMs latino-americanos. Com exceção do caso boliviano, todos os outros MIMs possuem estruturas formais de participação da sociedade civil.

Na análise comparativa das Constituições, foi possível encontrar, em todas elas, direitos específicos para as mulheres, com destaque para direitos relativos à maternidade. Foi possível perceber que a Constituição boliviana possui o maior número de especificidades na área de direito das mulheres. É necessário destacar que nesse país há política de paridade de gênero entre parlamentares. Cabo Verde é o que menos possui essa especificidade na área de direito das mulheres e gênero na sua Constituição, tendo como temas a proibição da discriminação por identidade de gênero, direitos no âmbito do trabalho remunerado e maternidade. Na Constituição de Moçambique destaca-se a promoção e valorização da mulher, principalmente reconhecendo seu papel na luta de independência, democracia e sociedade. No Brasil, os direitos que constam na Constituição estão voltados ao matrimônio (heteronormativo), igualdade na titularidade da terra, não obrigatoriedade do serviço militar e previdência.

1. TABELA DE CONSTITUIÇÕES

País	Ano	Tema	Artigos
Bolívia	2009	Violência	15
		Maternidade	45; 48
		Trabalho no âmbito público	48
		Trabalho no âmbito privado	48
		Matrimônio	63
		Direitos sexuais e reprodutivos	66
		Acesso à educação	78
		Educação não sexista	79
		Igualdade na participação política	26; 147; 210
		Mulheres no grupo vulnerável*	300; 302; 402
		Direito à terra e preferência na titularidade***	395
		Equidade de gênero***	8; 11; 270
		Proibição da discriminação por identidade de gênero	14
		Acesso a atividades esportivas	104
		Equidade de gênero na composição no Governo Executivo	172
Brasil	1988	Paridade de deputadas estaduais	278
		Equidade de gênero***	5
		Maternidade	7; 201
		Trabalho no âmbito público	7
		Previdência	201
		Não obrigatoriedade do serviço militar	143
		Igualdade na titularidade da terra	183; 189
Cabo Verde	2010	Matrimônio	226
		Proibição da discriminação por identidade de gênero	7; 48; 88
		Trabalho no âmbito público	62; 63
Moçambique	2004	Maternidade	63; 89
		Reaquisição de nacionalidade perdida devida ao matrimônio	32
		Equidade de gênero	36
		Maternidade	120
		Educação não sexista	120
Promoção e valorização do papel da mulher na independência, democracia e na sociedade	122		

* Categoria refere-se às menções que incluem as mulheres em outros grupos vulneráveis como idosos,

crianças e pessoas com deficiência.

** Concebemos prioridade da titularidade nos artigos que mencionam apenas a titularidade das mulheres.

*** Refere-se às menções dos princípios que regem o Estado.

2. MIMS PESQUISADOS:

País	Mandato presidencial de referência	Mecanismo Institucional de Mulheres
Bolívia	Evo Morales - MAS (2006 a 2018)	Viceministerio de Igualdad de Oportunidades
Brasil	Dilma Rousseff - PT (2011 a 2016)	Secretaria de Política para as Mulheres
Cabo Verde	José Maria Neves - PAICV (2001 a 2016)	Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e a Equidade de Género.
Moçambique	Filipe Nyusi - FRELIMO (2015 a 2018)	Ministério do Género, Criança e Acção Social

3. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DOS MIMS

País	Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs)	Nível Hierárquico	Estrutura Regional	Nº funcionários	% do orçamento total
Brasil	Secretaria de Política para as Mulheres	1	Não	129	0,0049%
Bolívia	Viceministerio de Igualdad de Oportunidades	3	Não	29	0,0007%
Cabo Verde	Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e a Equidade de Género	1	-	24	2,8%
Moçambique	Ministério do Género, Criança e Acção Social	2	Sim	-	3,60%

CONCLUSÕES

Foi constatado que Brasil, Bolívia, Cabo Verde e Moçambique buscaram -diminuir as problemáticas de gênero, como políticas para combater a violência baseada no gênero e a igualdade, mesmo que a partir de um processo lento, essas políticas estão sendo elaboradas e fomentadas por parlamentares, movimentos sociais e sociedade civil, levando em conta a carência do Estado na efetivação dessas políticas publicas.

Durante o processo de pesquisa entendemos de que forma funciona a agenda feminista no Sul Global, tendo em vista diversas vertentes, com, por exemplo, a organização dos parlamentares perante a pauta da

igualdade de gênero, a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais nesses processos de implementação da agenda. Também consideramos o contexto de reorganização dos Estados - principalmente no contexto africano -, pois as mulheres lutaram nas guerras pela independência dos seus países, mais ainda sim, a herança colonial persiste até hoje. De acordo com Crispina Gomes: “Sob o regime colonial, fortemente impregnado pela ideologia do patriarcado, as mulheres passaram a estar circunscritas ao espaço doméstico, não tinham participação na vida política das suas comunidades e não podiam escolher os seus governantes, por lhes ser vedado o direito a voto” (GOMES, P.95, 2011). Dessa forma, as mulheres também participaram fortemente na busca de implementação da agenda de gênero nos seus países.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a professora Clarisse Paradis por ter organizado essa pesquisa, que me fez entender melhor o gênero na política do Sul Global e agradecer também a minha colega de pesquisa Mariana Reis pelas trocas mútuas durante a pesquisa.

Agradeço a UNILAB por ser uma universidade que não só em sala de aula ou na pesquisa, me propõe diversas trocas que certamente moldou a pessoa e pesquisadora que sou hoje.

REFERÊNCIAS

GOMES, Crispina. **Mulher e poder**: O caso de Cabo Verde. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2011.